



Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Fundação Estadual do Meio Ambiente

FEAM	
Protocolo nº 243283/2013	114
Divisão: <i>[assinatura]</i>	FL. Nº
Mat. <i>[assinatura]</i>	Visto <i>[assinatura]</i>

CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL

PROCESSO Nº 12793/2005/001/2005
AUTUADO: PREEITURA MUNICIPAL DE ARAPUA
REFERÊNCIA: Recurso à CNR/COPAM

PARECER JURÍDICO

RELATÓRIO

A Prefeitura em epígrafe foi autuada por cometer duas infrações tipificadas no art. 19, §1º, item 2 e §3º, item 6 ambos do Decreto 39.424/1998, alterado pelo Decreto 43.127/2002, por “*deixar de atender a Deliberação Normativa COPAM nº 52/2001, ao não adotar no depósito de lixo as medidas minimizadoras dos impactos ambientais determinados pelo art. 2º da referida deliberação*” e, por “*causar poluição ou degradação ambiental pelo lançamento dos resíduos sólidos urbano em depósito a céu aberto - lixo*”.

Em razão da autuação foram aplicadas as penalidades de multas nos valores de R\$ 403,4100 e R\$10.641,00 alteradas por força do disposto no artigo 96 do Decreto nº 44.844/08 para R\$251,00 e R\$10.001,00, sendo que foi apresentado e indeferido o Pedido de Reconsideração.

O Município firmou TAC com possibilidade de conversão do valor da multa aplicada, que não foi cumprido pelo recorrente, conforme Parecer Técnico GESAN Nº 355/2009.

Inconformada com a decisão de manutenção das multas, o Município protocolou seu recurso, tempestivamente, onde em síntese alega:

- a Prefeitura tem envidado esforços para minimizar os efeitos negativos e degradantes trazidos pelo lixo, a exemplo da aquisição de terreno para implementação da usina;
- conforme consta no relatório da última vistoria técnica realizada no aterro controlado do município houve visível diminuição dos efeitos degradantes da destinação do lixo se comparados aos relatórios mais antigos;
- é inadmissível que prospere a aplicação das multas aplicadas;;
- se a multa leve se ampara na alegação de que teria deixado de atender a deliberação, cai por terra ao analisar os relatórios mais recentes, conforme relatório de vistoria de 14/06/2010;
- a multa gravíssima também é descabida, para que o lixo arrecadado em um município não cause degradação ambiental é necessário que disponha de verbas para implementar adequações;

- requer a reconsideração espera a aplicação da atenuante já que promoveu a limitação da degradação ambiental.

DA ANÁLISE JURÍDICA

Do ponto de vista jurídico, os argumentos apresentados no Recurso não são capazes de descaracterizar a infração cometida e, conseqüentemente, tornar sem efeito as decisões da FEAM e da Câmara de Atividade de Infra-Estrutura do COPAM que culminaram na aplicação de multas, posteriormente, analisadas e mantidas as penalidades de multas no Pedido de Reconsideração.

Desta feita, a infração restou plenamente caracterizada, haja vista que a área técnica da FEAM constatou, *in loco*, na vistoria do dia 12/11/2004, o descumprimento das normas ambientais, em especial o artigo 2º da Deliberação Normativa nº 52/01.

Consta dos autos o Parecer Técnico GESAN nº 355/2009 que confirma o descumprimento das normas ambientais e, informa que não foi implantado sistema de drenagem pluvial; o isolamento da área estava incompleto e havia grande quantidade de resíduos expostos sem recobrimento adequado para a disposição final.

O argumento que sustenta o recurso são as ações adotadas principalmente após o descumprimento do termo, o que não descaracteriza a infração cometida.

Improcede a alegação de aplicação de circunstância atenuante requerida pela recorrente uma vez que não cumpriu o TAC firmado para adoção de medidas mínimas para solução do problema ambiental.

CONCLUSÃO

Ante todo o exposto e considerando que não foi apresentado nenhum fato ou dado capaz de alterar ou modificar as decisões anteriores, sugerimos o **INDEFERIMENTO DO RECURSO** apresentado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPÚA, pela **Câmara Normativa e Recursal do COPAM**, com a conseqüente manutenção das multas aplicadas atualizadas, devendo ser efetuada a sua cobrança, sob pena de inscrição em Dívida Ativa do Estado.

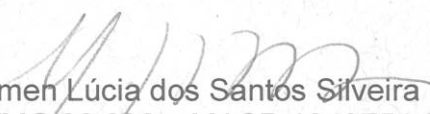
Sugerimos, ainda, a Presidente da FEAM, a notificação do Município do descumprimento do TAC, além da incidência das multas aplicadas atualizadas, a multa diária de R\$300,00, perfazendo o valor de **R\$9.000,00**, a ser atualizada,



sem prejuízo das demais implicações previstas no Termo, no prazo de 20 dias, sob pena de inscrição em dívida ativa do Estado.

O valor total da multa diária foi calculado a partir do término do prazo de 120 dias para que o Município comprovasse o cumprimento das obrigações pactuadas no TAC, até o prazo de 30 dias a contar daquela data, conforme orientação da Advocacia Geral do Estado.

É o parecer. *s,m,j.*


Carmen Lúcia dos Santos Silveira
OAB/MG 38.838 – MASP 1043754-9

